

**Concessionária  
Rota do Oeste S.A.**

**Demonstrações contábeis intermediárias condensadas  
e relatório de revisão dos auditores independentes**

**Em 31 de março de 2016**

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis intermediárias condensadas	5
Notas explicativas da administração às informações trimestrais de 31 de março de 2016	12

# Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Paulista, 37 – 1º andar  
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos:  
Administradores e Acionistas da  
Concessionária Rota do Oeste S.A.  
Cuiabá - MT

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### Ênfase

#### Início das operações

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015 e, portanto, passou a auferir receitas de pedágio a partir desta data. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa conclusão não está modificada com referência a este assunto.

#### Endividamento de curto prazo

Adicionalmente, sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que em 31 de março de 2016 o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de R\$ 1.274.717 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 a Companhia encontra-se em negociação junto a instituições financeiras para a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia. As demonstrações contábeis em 31 de março de 2016 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto.

#### Operação Lava Jato

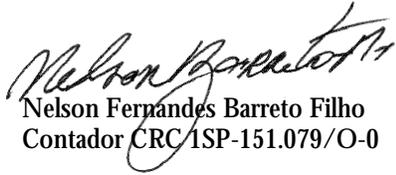
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa conclusão não está modificada em relação a esses temas.

### Outros assuntos

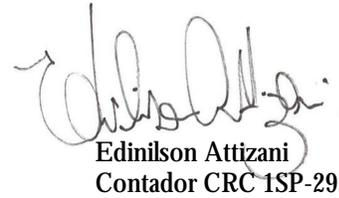
#### Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de maio de 2016.



Nelson Fernandes Barreto Filho  
Contador CRC 1SP-151.079/O-0



Edilson Attizani  
Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e de 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.899	5.288
Aplicações financeiras	7	3.021	5.017
Contas a receber	8	25.776	17.924
Tributos a recuperar	-	2.051	1.250
Despesas antecipadas	9	6.288	5.533
Partes relacionadas	10	-	89
Outros ativos	-	1.862	2.324
		<u>43.897</u>	<u>37.425</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	12.549	20.350
Despesas antecipadas	9	3.047	3.417
Depósitos judiciais	-	1.167	1.127
		<u>16.763</u>	<u>24.894</u>
Imobilizado	12	3.969	4.295
Intangível	13	1.477.843	1.371.737
		<u>1.481.812</u>	<u>1.376.032</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>1.542.472</u></u>	<u><u>1.438.351</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de março de 2016 e de 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	966.383	634.959
Fornecedores	-	53.346	81.130
Partes relacionadas	10	278.605	198.374
Obrigações sociais e trabalhistas	15	10.353	9.225
Tributos a pagar	-	6.120	5.042
Contas a pagar	16	3.667	2.758
Provisão para contingências	17	140	139
		<u>1.318.614</u>	<u>931.627</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	-	303.419
Fornecedores	-	2.091	1.987
Provisão para conserva especial	-	1.517	426
		<u>3.608</u>	<u>305.832</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	240.558	240.558
Prejuízos acumulados	-	(20.308)	(39.666)
		<u>220.250</u>	<u>200.892</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>1.542.472</u></u>	<u><u>1.438.351</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

## Concessionária Rota do Oeste S.A.

### Demonstração do resultado

#### Trimestres findos em 31 de março

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
<b>Operações continuadas</b>			
Receita líquida	19	204.342	88.581
Custo dos serviços	20	(146.111)	(88.581)
<b>Lucro bruto</b>		<u>58.231</u>	<u>-</u>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	21	(5.037)	(17.985)
Outras receitas, líquidas	-	182	-
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>		<u>53.376</u>	<u>(17.985)</u>
Receitas financeiras	22	416	3.470
Despesas financeiras	22	(24.522)	(3.171)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<u>(24.106)</u>	<u>299</u>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>29.270</u>	<u>(17.686)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	23	(9.912)	5.652
<b>Lucro (prejuízo) do trimestre</b>		<u>19.358</u>	<u>(12.034)</u>
<b>Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações no fim do trimestre - R\$</b>	24	80,47	(50,14)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro (prejuízo) do trimestre, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

## Concessionária Rota do Oeste

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de março de 2016 e de 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014	240.000	(23.637)	216.363
Prejuízo do trimestre	-	(12.034)	(12.034)
Em 31 de março de 2015	240.000	(35.671)	204.329
Em 31 de dezembro de 2015	240.558	(39.666)	200.892
Lucro do trimestre	-	19.358	19.358
Em 31 de março de 2016	<u>240.558</u>	<u>(20.308)</u>	<u>220.250</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

## Concessionária Rota do Oeste S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa

#### Trimestres findos em 31 de março

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro (prejuízo) do trimestre antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	29.270	(17.686)
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	5.649	1.152
Perda na baixa do imobilizado e intangível	471	16
Provisão para conserva especial	1.091	-
Provisão para contingências	1	-
Juros e variações monetárias, líquidas	24.171	(238)
	60.653	(16.756)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Tributos a recuperar	(801)	(554)
Contas a receber	(7.852)	-
Despesas pagas antecipadamente	(7.379)	(2.621)
Partes relacionadas	19.065	125
Depósito judicial	(40)	-
Outros ativos	462	(12)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.128	1.433
Fornecedores	(30.702)	(9.233)
Tributos a pagar	877	(2.298)
Contas a pagar	908	1.340
Caixa gerado (aplicado) nas operações	36.319	(28.576)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.910)	-
Juros pagos no financiamento	-	(5.069)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades operacionais</b>	34.409	(33.645)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras	2.262	147.088
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(64)	(206)
Adições ao intangível	(89.003)	(35.326)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos</b>	(86.805)	111.556
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
<b>Partes relacionadas</b>		
Recursos recebidos	52.134	-
Recursos liberados	(16)	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Captação de empréstimos		(75.000)
Custo de captação	(111)	(2.710)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamentos</b>	52.007	(77.710)
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	(389)	201
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	5.288	250
Caixa e equivalentes de caixa no final do trimestre	4.899	451
<b>Variação de caixa do trimestre</b>	(389)	201

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Demonstração do valor adicionado

### Trimestres findos em 31 de março

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receitas</b>	212.412	88.581
Receita de serviços	97.676	-
Receita de construção ICPC 01-R1	<u>114.736</u>	<u>88.581</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia e outros	(20.368)	(9.176)
Custo de construção ICPC 01-R1	(114.736)	(88.581)
Serviços de terceiros e outros operacionais	<u>(544)</u>	<u>(1.634)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	76.764	(10.810)
Depreciação e amortização	<u>(5.649)</u>	<u>(1.152)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>71.115</u>	<u>(11.962)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	416	3.470
Outros	<u>634</u>	<u>-</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><u>72.165</u></u>	<u><u>(8.492)</u></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal	<u>8.596</u>	<u>4.736</u>
Remuneração direta	7.391	3.473
Benefícios	800	1.074
FGTS	405	189
Impostos, taxas e contribuições	<u>20.025</u>	<u>(4.992)</u>
Federais	15.542	(5.006)
Estaduais	49	14
Municipais	4.434	-
Remuneração de capitais de terceiros	<u>24.186</u>	<u>3.798</u>
Juros	23.780	3.145
Aluguéis	377	636
Outros	29	17
Remuneração de capitais próprios	<u>19.358</u>	<u>(12.034)</u>
Lucro (prejuízo) do trimestre	<u>19.358</u>	<u>(12.034)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u><u>72.165</u></u>	<u><u>(8.492)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias condensadas.

# Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas de 31 de março de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 6 de setembro de 2015, tendo como o objetivo de explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”).

<b>Objeto do contrato</b>	<b>Prazo</b>	<b>Poder concedente</b>
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, dentre outros. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A tarifa de pedágio é reajustada anualmente de acordo com a data de contrato de concessão firmada em 12 de março de 2014 com publicação no Diário Oficial da União em 21 de março, através do índice de reajuste IPCA.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro de companhia aberta à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a categoria “B”, no qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

O pedido de registro de companhia aberta da Companhia é motivado em razão da intenção da Companhia de ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários e o mercado em geral, e acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

### Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht, incluindo a controladora indireta Odebrecht S.A. Embora a Companhia não tenha sido objeto de busca e apreensão, e não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, não ocorreram outras mudanças relevantes.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias condensadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 05 de maio de 2016.

### 2. Políticas contábeis adotadas

Estas demonstrações contábeis intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela CVM.

As demonstrações contábeis intermediárias condensadas foram preparadas em conformidade com o CPC 21 – “Demonstração intermediária”.

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2015.

### 3. Gestão de risco financeiro

#### a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

## b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

## c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
<b>Em 31 de março de 2016</b>		
Fornecedores	58.328	2.091
Partes relacionadas	273.623	-
Empréstimos e financiamentos	966.383	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>		
Fornecedores	81.130	1.987
Partes relacionadas	198.374	-
Empréstimos e financiamentos	634.959	303.419

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;

#### d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

##### Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

##### (i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

##### (ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo\*:

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%

(\* )Fonte: Projeção Banco Caixa Geral - 31/03/2016.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso Possível	Adverso Extremo
TJLP (*)	7,2%	9,0%	10,8%

(\* ) Refere-se à média aritmética da projeção de 2016 a 2025 das taxas apresentadas acima.

### (iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES")	abr/16	Alta TJLP	63.436	63.462	63.493
Empréstimo Ponte Caixa Econômica Federal ("CEF")	mar/17	Alta TJLP	34.721	34.996	35.271

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o trimestre findo em 31 de março de 2016.

#### e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

#### 3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro 2015 podem ser assim sumariados:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	966.383	938.378
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.899)	(5.288)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(3.021)	(5.017)
<b>Dívida líquida</b>	<b>958.463</b>	<b>928.073</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>220.250</b>	<b>200.892</b>
<b>Total do capital</b>	<b>1.178.713</b>	<b>1.128.965</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>81</b>	<b>82</b>

### 3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

### 4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	4.899	5.288
Aplicações financeiras	3.021	5.017	-	-
Contas a receber	-	-	25.776	17.924
Outros ativos	-	-	788	2.324
	<b>3.021</b>	<b>5.017</b>	<b>31.463</b>	<b>25.536</b>
Outros passivos financeiros				
	31 de março de 2016		31 de dezembro de 2015	
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	966.383		938.378	
Fornecedores	55.437		83.117	
Partes relacionadas	278.605		198.374	
Contas a pagar	3.667		2.758	
	<b>1.304.092</b>		<b>1.222.627</b>	

## 5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Contas a receber</b>		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	25.776	17.924
<b>Total de contas a receber</b>	<b>25.776</b>	<b>17.924</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	3.021	5.017
	<b>3.021</b>	<b>5.017</b>
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	20	18
Bancos conta movimento	2.496	3.949
Numerários em trânsito	1.624	784
Fundo de troca	759	537
	<b>4.899</b>	<b>5.288</b>
	<b>7.920</b>	<b>10.305</b>

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa geral	20	18
Bancos conta movimento	2.496	3.949
Numerários em trânsito	1.624	784
Fundo de troca	759	537
	<b>4.899</b>	<b>5.288</b>

## 7. Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 3.021 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 5.017). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura.

## 8. Contas a receber

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	25.457	17.585
Receitas acessórias	200	269
Outras contas a receber	119	70
	<b>25.776</b>	<b>17.924</b>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de março de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

## 9. Despesas antecipadas

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a apropriar	6.485	6.475
Despesas com financiamentos a apropriar	2.850	2.475
	<b>9.335</b>	<b>8.950</b>
Ativo circulante	6.288	5.533
Ativo não circulante	3.047	3.417

## 10. Partes relacionadas

Parte dos serviços contratados e materiais fornecidos para a execução das obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT foram realizados por fornecedores e prestadores de serviços que possuem relacionamento com a Companhia.

Essas contratações obedeceram aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

### a) Composição

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos dos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado de serviços prestados	
			31 de março de 2016	31 de março de 2015
Odebrecht Ambiental S.A. (i)	-	54	54	60
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO") (ii)	-	75	170	116
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional ("OECI") (iii)	-	61.990	63.505	38.436
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	152.676	5.978	-
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	2.058	981	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	6.948	5.123	-
Odebrecht Transport S.A. (vii)	-	54.804	487	-
Odeprev (viii)	-	-	43	39
Em 31 de março de 2016	-	<b>278.605</b>	<b>76.341</b>	<b>38.651</b>
Em 31 de dezembro de 2015 (*)	89	<b>198.374</b>	-	-

(i) Refere-se a prestação de serviços em *software* de gestão financeira (sistema administrativo-financeiro), pela Odebrecht Ambiental.

(ii) Refere-se a rateio de despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação), pela Construtora Norberto Odebrecht S.A.

(iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual Odebrecht Engenharia e Construções Internacional S.A ("OECI"), para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

(iv) O montante de R\$ 152.676 refere-se mútuo com a ODBVias e o montante de R\$ 11.036 refere-se a juros sobre mútuo, sendo R\$ 5.978 reconhecidos no primeiro trimestre de 2016 e R\$ 5.058 reconhecidos em 2015, remuneração à taxa de 125% do CDI.

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos.

(v) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

(vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No trimestres findo em 31 de março de 2016, está registrado na rubrica “Partes relacionadas” o montante de R\$ 6.948. Não há garantias previstas neste contrato.

(vii) O montante de R\$ 54.804 refere-se a mútuo com a Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 19.101, remunerado à taxa de 125% do CDI, com vencimento inicial previsto para 31 de março de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.

Em 14 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 15.086, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 29 de abril de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.

Em 28 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 20.105, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 02 de maio de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.

Com relação ao vencimento dos contratos de mútuos, estes são aditados de tempos em tempos, pois perante cláusula de subordinação prevista nestes contratos, os mesmos só poderão ser amortizados após a liquidação do empréstimo ponte firmado com o BNDES.

(viii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

#### b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015, totalizaram os montantes de R\$ 531 e R\$ 563, respectivamente.

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Salários	439	469
Encargos	88	94
Previdência complementar	4	-
	531	563

#### c) Participação no lucros e resultados

Em 31 de março de 2016 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 5.859 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.890) (Nota 15).

### 11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

#### Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido</b>		
Prejuízo fiscal	13.724	14.648
Resultado pré-operacional	26.802	28.345
Juros capitalizados e custo de transação	(27.977)	(22.643)
	<b>12.549</b>	<b>20.350</b>

Conforme projeções de resultados preparadas pela Administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 31 de março de 2016, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
2016	-	7.918
2017	3.961	3.961
2018	-	-
2019	-	-
2020	-	-
2021 em diante	8.588	8.471
	<b>12.549</b>	<b>20.350</b>

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

## 12. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	882	1.215	573	1.819	1.654	6.143
Depreciação/exaustão	(69)	(224)	(98)	(584)	(873)	(1.848)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>813</b>	<b>991</b>	<b>475</b>	<b>1.235</b>	<b>781</b>	<b>4.295</b>
Aquisições	-	17	10	35	2	64
Depreciação	(34)	(62)	(17)	(89)	(169)	(371)
Baixa líquida	-	-	-	(19)	-	(19)
<b>Saldo contábil</b>	<b>779</b>	<b>946</b>	<b>468</b>	<b>1.162</b>	<b>614</b>	<b>3.969</b>
Custo	882	1.232	583	1.854	1.656	6.207
Depreciação/exaustão acumulada	(103)	(286)	(115)	(692)	(1.042)	(2.238)
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>779</b>	<b>946</b>	<b>468</b>	<b>1.162</b>	<b>614</b>	<b>3.969</b>
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(\*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Notas 20 e 21.

## 13. Intangível

### Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	614	15.556	1.366.437	307	1.382.914
Transferências	556.053	47.602	129.800	(733.455)	-	-
Amortização	(5.928)	(809)	(4.376)	-	(64)	(11.177)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>550.125</b>	<b>47.407</b>	<b>140.980</b>	<b>632.982</b>	<b>243</b>	<b>1.371.737</b>
Aquisições	-	27	-	111.809	-	111.836
Transferências	54.222	15.643	323.968	(393.833)	-	-
Amortização	(3.090)	(230)	(1.943)	-	(15)	(5.278)
Baixas, líquidas de amortização	(11)	(441)	-	-	-	(452)
<b>Saldo contábil</b>	<b>601.246</b>	<b>62.406</b>	<b>463.005</b>	<b>350.958</b>	<b>228</b>	<b>1.477.843</b>
Custo	610.275	63.886	469.324	350.958	307	1.494.750
Amortização	(9.029)	(1.480)	(6.319)	-	(79)	(16.907)
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>601.246</b>	<b>62.406</b>	<b>463.005</b>	<b>350.958</b>	<b>228</b>	<b>1.477.843</b>
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(\*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão.

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Notas 20 e 21.

#### (i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e periodicamente revisada.

As adições do trimestre findo em 31 de março 2016, referem-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica Recuperação apresentada no quadro consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação apresentada no quadro consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos apresentada no quadro consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

## 14. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,0%	656.709	640.806
Empréstimo Caixa Economica Federal (b)	R\$	TJLP + 3,5%	316.183	307.860
Custos de captação a amortizar	R\$		(6.509)	(10.288)
			<b>966.383</b>	<b>938.378</b>
<b>(-) Passivo circulante</b>				
Empréstimos BNDES			653.898	634.959
Empréstimo Caixa Economica Federal			312.485	-
			<b>966.383</b>	<b>634.959</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimo Caixa Economica Federal				303.419
<b>Passivo não circulante</b>				<b>303.419</b>

### (a) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP. Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 até 15 de abril de 2016.

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 e será amortizada pela fluidez do empréstimo.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

Os vencimentos das liberações e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES será realizado em parcela única.

### (b) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou o desembolso total do financiamento.

Os vencimentos das liberações e juros do empréstimo ponte junto a CEF será realizado em parcela única em 20 de fevereiro de 2017.

**(d) Garantias**

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

**(i) Principais compromissos assumidos (“covenants”)**

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2016.

**15. Obrigações sociais e trabalhistas**

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Encargos sociais	4.404	4.233
Benefícios a empregados	90	102
Participação nos lucros e resultados	5.859	4.890
	<b>10.353</b>	<b>9.225</b>

**16. Contas a pagar**

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Seguros a pagar	729	607
Verbas do contrato de concessão	2.631	2.146
Outras contas a pagar	307	5
	<b>3.667</b>	<b>2.758</b>

**17. Contingências e provisões para causas judiciais**

	31 de março de 2016	31 de dezembro de 2015
Reclamações cíveis	140	139
	<b>140</b>	<b>139</b>

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 648 em 31 de março de 2016 (31 de dezembro de 2015 R\$ 660).

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 240.558, respectivamente, representado por 240.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

## 19. Receita líquida

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	114.736	88.581
Receitas em numerário	36.920	-
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	34.290	-
Receitas de vale pedágio (iii)	25.162	-
Receitas acessórias	1.116	-
Outras receitas de pedágio	188	-
<b>Receita de operação</b>	<b>97.676</b>	-
Receita total	212.412	88.581
Tributos sobre serviços de operação	(8.070)	-
	<b>204.342</b>	<b>88.581</b>

(i) A Companhia reconheceu, nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015, R\$ 114.736 e R\$ 88.581, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;

(iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

A cobrança de pedágio, iniciada em 06 de setembro de 2015, é uma das fontes de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

## 20. Custo dos serviços

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Depreciação e amortização	(5.373)	-
Salários e encargos	(7.464)	-
Gastos gerais	(5.744)	-
Serviços de terceiros	(10.490)	-
Seguros	(1.335)	-
Materiais	(672)	-
Aluguéis	(297)	-
	<b>(31.375)</b>	-
Custo de construção ICPC 01-R1	(114.736)	(88.581)
	<b>(146.111)</b>	<b>(88.581)</b>

## 21. Despesas gerais e administrativas

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Salários e encargos	(2.674)	(5.426)
Serviços de terceiros	(754)	(5.012)
Depreciação e amortização	(276)	(1.152)
Despesas com veículos	(70)	(1.423)
Gastos gerais	(1.263)	(4.972)
	<b>(5.037)</b>	<b>(17.985)</b>

## 22. Resultado financeiro, líquido

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(19.425)	(3.136)
Juros sobre atraso	(1.256)	-
Custo de transação	(2.998)	-
IOF	(703)	-
Outras	(140)	(35)
	<b>(24.522)</b>	<b>(3.171)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	351	3.374
Outras	65	96
	<b>416</b>	<b>3.470</b>

### 23. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

#### Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	29.270	(17.686)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(9.952)	6.013
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	40	(361)
Efeito IR e CSLL no resultado	(9.912)	5.652
IR e CSLL corrente	(2.111)	
IR e CSLL diferido	(7.801)	5.652
<b>Total de IR e CSLL diferidos</b>	<b>(9.912)</b>	<b>5.652</b>

### 24. Lucro (prejuízo) por ação

#### Básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os trimestres findos em 31 de março.

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Lucro (prejuízo) do trimestre	19.358	(12.034)
Quantidade média ponderada de ações	240.558	240.000
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	80,47	(50,14)

### 25. Seguros

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de concessões públicas	275.000
Risco operacional	200.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	(*)

(\*) 100% a 110% da tabela FIPE.

## 26. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do trimestre de 2016:

	31 de março de 2016	31 de março de 2015
Capitalização de juros no ativo intangível	(12.171)	(7.331)
Fornecedores	(3.022)	(38.310)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(15.193)</b>	<b>(45.641)</b>
Aquisição de ativo intangível	3.022	38.259
Aquisição de ativo imobilizado	-	51
Capitalização de juros no ativo intangível	12.171	7.331
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>15.193</b>	<b>45.641</b>

## 27. Eventos subsequentes

### a) BNDES

- Em 12 de abril de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 até 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 até 8 de maio de 2016.

### b) Partes relacionadas

- Todos os contratos de mútuo estão em processo de prorrogação de vencimento.

\* \* \*